STJ00104568

VITTORIO CASSONE
JÚLIO CÉSAR ROSSI
MARIA EUGENIA TEIXEIRA CASSONE

PROCESSO TRIBUTÁRIO

TEORIA E PRÁTICA

• Ações de iniciativa do Contribuinte • Ações de iniciativa do Fisco
• Jurisprudência do STF e do STJ

15.ª edição
revista, atualizada e ampliada

gen | atlas

STJ00104568

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

  Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
  Copyright © 2017 by
  EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 - Campos Elíseos - 01203-904 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

  Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ítalo Frediani

- Data de fechamento: 30.05.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
  (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Cassone, Vittorio

Processo tributário: teoria e prática / Vittorio Cassone, Júlio César Rossi, Maria Eugenia Teixeira Cassone. - 15. ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-01269-9

1. Direito tributário - Brasil 2. Processo (Direito) - Brasil

I. Rossi, Júlio César. II. Cassone, Maria Eugenia Teixeira. III. Título.

12-02946 CDU-347.9:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Processo tributário: Direito 347.9:336.2(81)

110 2500

STJ00104568

SUMÁRIO

1 PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 1

1.1 Nota introdutória 1

1.2 Procedimento e processo administrativo 1

1.3 Princípios que informam os processos administrativos federais 3

1.3.1 Processo Administrativo Fiscal federal: fundamento 4

1.4 Estrutura do CTN 4

1.5 Obrigação tributária – CTN, art. 113 5

1.6 Fato gerador – CTN, art. 114 5

1.7 Crédito tributário – CTN, arts. 139 a 141 6

1.8 Lançamento tributário – CTN, art. 142 6

1.8.1 Natureza jurídica 7

1.8.2 Eficácia declaratória ou constitutiva – doutrinas 7

1.8.3 Base de cálculo em moeda estrangeira – CTN, art. 143 8

1.8.4 Lançamento reporta-se ao fato gerador – CTN, art. 144 8

1.8.5 Lançamento notificado – Alteração – CTN, art. 145 10

1.8.6 Modificação nos critérios jurídicos – CTN, art. 146 10

1.9 Modalidades de lançamento 13

1.9.1 Lançamento por declaração – CTN, art. 147 14

1.9.1.1 Retificação pelo contribuinte – CTN, arts. 147, § 1º e 160 15

1.9.1.2 Retificação de ofício – CTN, art. 147, § 2º 15

1.9.1.3 Lançamento em face de dados inexatos – CTN, art. 148 15

1.9.2 Lançamento de ofício – CTN, art. 149 17

1.9.2.1 Lançamento de ofício propriamente dito 18

1.9.2.2 Lançamento em face da revisão efetuada pelo Fisco 19

STJ00104568

1.9.3 Lançamento por homologação – CTN, art. 150 20
1.9.3.1 Homologação expressa – Exemplo 25
1.9.3.2 Débito não pago – Exigibilidade imediata 26
1.10 Lançamento existente em todos os tributos 27
1.11 Lançamento quando a questão é posta em juízo 28
1.12 Decadência e prescrição 29
1.12.1 Conceito e distinção 35
1.12.2 Efeitos provocados pela EC nº 8/77 36
1.13 Prazo para decidir administrativamente 36
1.14 Prescrição intercorrente 39
1.15 Extinção do crédito tributário 40
1.16 Motivação no processo administrativo e judicial 42
1.17 Controle administrativo da legalidade do ato – Verdade real ou material 43
1.18 Prazo para guarda de documentos 44
1.19 Ampla defesa, devido processo legal e duplo grau de jurisdição 45
1.20 Depósito para recurso administrativo e judicial 47
1.21 Contribuições Previdenciárias – Processo administrativo e judicial – concomitância: impossibilidade 49
1.22 Prova emprestada 50
1.23 Consulta fiscal 51
1.24 Denúncia espontânea da infração – CTN, art. 138 53
1.25 Controle de constitucionalidade pelo Tribunal Administrativo 55
1.26 Julgador: responsabilidade por seus atos 61
1.27 Preclusão e coisa julgada administrativa 63
1.27.1 Preclusão administrativa 63
1.27.2 Coisa julgada administrativa 65
1.28 Desistência no processo administrativo para ir ao judiciário 66
1.29 Recurso de ofício – Hipóteses de não cabimento 69
1.30 Crédito tributário – Resumo esquemático 70
1.31 Processo Administrativo Fiscal Federal 71
1.31.1 Os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais 72
1.31.2 Processo Administrativo Fiscal Federal – Decreto 7.574, de 29-09-2011 – Esquema simplificado 81
1.32 Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo 89

2 AÇÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – O CPC/2015 91
2.1 O CPC 2015, sua Exposição de Motivos e o Direito de ação 91

STJ00104568

2.2 Ações judiciais tributárias 100
2.3 Aplicação efetiva e supletiva do CPC/2015 103
2.3.1 Aplicação supletiva do CPC e a Teoria do Diálogo das Fontes 105
2.4 Petição inicial 109
2.5 Os recursos e o efeito suspensivo 112
2.6 Depósito prévio 114
2.7 Duplo grau de jurisdição e Remessa necessária 114
2.8 Coisa julgada formal e material 117
2.8.1 Coisa julgada – Limites objetivos e subjetivos – Preclusão 118
2.9 Erro de cálculo e sentença de mérito 121
2.10 Tutela provisória 122
2.11 Ação civil pública 127

3 AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA 131
3.1 O Mandado de Segurança na CF/88 e o art. 1º da Lei nº 12.016/09 131
3.1.1 Direito líquido e certo e prova pré-constituída 138
3.1.2 Ilegalidade ou abuso de poder 142
3.1.3 Violação ou justo receio – MS preventivo ou repressivo 143
3.1.4 MS contra ato concreto ou lei em tese 145
3.1.5 Desistência no MS: possibilidade de renovar, ou não, a pretensão 146
3.2 Art. 2º da Lei nº 12.016/09 – Hipóteses em que a competência para a ação do MS é federal 147
3.3 Art. 3º da Lei nº 12.016/09 – Terceiro em condições idênticas 148
3.4 Art. 4º da Lei nº 12.016/09 – MS em casos urgentes – Procedimento 148
3.5 Art. 5º da Lei nº 12.016/09 – Hipóteses em que não se concederá MS 149
3.6 Art. 6º da Lei nº 12.016/09 – Petição inicial – Autoridade coatora 153
3.7 Art. 7º da Lei nº 12.016/09 – Despacho da inicial – Agravo de Instrumento – Teoria da causa madura 156
3.8 Art. 8º da Lei nº 12.016/09 – Obstáculos ao normal andamento do processo 160
3.9 Art. 9º da Lei nº 12.016/09 – Remessa do mandado citatório à entidade subordinante 161
3.10 Art. 10 da Lei nº 12.016/09 – Indeferimento da inicial – Apelação – Litisconsorte ativo 161
3.11 Art. 11 da Lei nº 12.016/09 – Execução de tarefas pelo serventuário do Cartório 163

STJ00104568

3.12 Art. 12 da Lei nº 12.016/09 – Parecer do Ministério Público – Conclusão dos autos 163
3.13 Art. 13 da Lei nº 12.016/09 – Mandado concedido – Transmissão da sentença 164
3.14 Art. 14 da Lei nº 12.016/09 – Apelação – Sentença sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição 164
3.15 Art. 15 da Lei nº 12.016/09 – Suspensão de Segurança – Grave lesão 166
3.16 Art. 16 da Lei nº 12.016/09 – Competência originária dos tribunais – Liminar – Agravo de Instrumento 167
3.17 Art. 17 da Lei nº 12.016/09 – Decisões – Não publicação do acórdão no prazo de 30 dias – Substituição por notas taquigráficas 168
3.18 Art. 18 da Lei nº 12.016/09 – Decisões proferidas em única instância pelos tribunais – Recursos cabíveis 168
3.19 Art. 19 da Lei nº 12.016/09 – Mérito não decidido – Possibilidade de propor ação própria 169
3.20 Art. 20 da Lei nº 12.016/09 – Processos de MS – Prioridade, salvo *Habeas Corpus* 170
3.21 Arts. 21 e 22 da Lei nº 12.016/09 – MS coletivo 170
3.21.1 O objeto tutelado no MSC – Direitos coletivos e individuais homogêneos 174
3.22 Art. 23 da Lei nº 12.016/09 – MS – Decadência em 120 dias 177
3.23 Art. 24 da Lei nº 12.016/09 – Litisconsórcios – Aplicação do CPC... 178
3.24 Art. 25 da Lei nº 12.016/09 – Descabimento dos Embargos Infringentes e dos honorários advocatícios 182
3.25 Art. 26 da Lei nº 12.016/09 – Não cumprimento das decisões – Crime de desobediência 183
3.26 Art. 27 da Lei nº 12.016/09 – Regimentos Internos e Leis de organização judiciária – Adaptação 185
3.27 Art. 28 da Lei nº 12.016/09 – Vigência da Lei do MS 186
3.28 Art. 29 da Lei nº 12.016/09 – Revogações 186
3.29 Nota final 187

4 AÇÃO DECLARATÓRIA 189
4.1 Conceito 189
4.2 Ação declaratória e ação anulatória: distinção 192
4.3 Depósito tributário em ação judicial 192
4.4 Limites da coisa julgada fiscal 194
4.5 Prescrição – Direito potestativo 195

STJ00104568

4.6 Correção monetária ... 196
4.7 Direito de crédito e o art. 166 do CTN ... 197

5 AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA ... 199
5.1 Aspectos gerais ... 199
5.2 Dívida tributária e não tributária – Execução e o CPC/2015 ... 200
5.3 Ação que denegar a restituição – CTN, art. 169 ... 203
5.4 Depósito judicial prévio e a SV 28 ... 205
5.5 Jurisprudência ... 206

6 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO ... 211
6.1 Introdução ... 211
6.2 A disposição no CTN ... 211
6.3 Quem pode consignar ... 213
6.4 Foro competente ... 213
6.5 Referências jurisprudenciais ... 214

7 AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO ... 217
7.1 Introdução ... 217
7.2 Art. 165 do CTN – Direito à restituição ... 217
7.3 Juntada de documentos ... 218
7.4 Art. 166 do CTN – Quem pode pedir a restituição ... 219
7.5 Art. 167 do CTN – Juros de mora e penalidades pecuniárias ... 224
7.6 Art. 168 do CTN – Prescrição ... 224
7.7 Art. 169 do CTN – Prescrição ... 227
7.8 Súmulas e julgados do STJ ... 227
7.9 Precatório ... 229

8 AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL ... 239
8.1 A CF/88, o CTN/66, a Lei 4.320/64, o CPC/2015 e a LEF 6.830/80 ... 239
8.1.1 Reflexões doutrinárias ... 253
8.1.2 Diligências para localização de bens do devedor – Necessidade ... 260
8.2 Certidão da Dívida Ativa – CDA ... 261
8.3 Exceção de pré-executividade ... 264
8.4 Processo administrativo fiscal – Juntada ... 266
8.5 Responsabilidade tributária do sócio – Penhora ... 268
8.5.1 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica – Hipótese direta e inversa ... 274

STJ00104568

8.6 Embargos do devedor 280
8.6.1 Prazo 284
8.7 Embargos de terceiro 284
8.8 Meação do cônjuge 286
8.9 Recursos 287
8.10 Prescrição: interrupção e suspensão 290
8.10.1 Prescrição intercorrente 292
8.11 Protexto extrajudicial de CDA da União 293

9 AÇÃO CAUTELAR FISCAL 297
9.1 Considerações gerais 297
9.2 Medida cautelar fiscal preparatória ou incidental 300
9.3 Foro competente 301
9.4 Jurisprudência 302

10 A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO 305
10.1 Introdução 305
10.2 Fazenda Pública: significado 305
10.3 Foro competente 306
10.4 Prazo em dobro e intimação pessoal 308
10.5 Revelia 312
10.6 Bens e direitos públicos indisponíveis 314
10.7 Advocacia Geral da União (AGU) 316
10.8 A AGU nas ações de interesse da União – Acordos ou transações ... 319
10.8.1 Transação tributária – Dação em pagamento 323
10.8.2 Anteprojeto sobre transação tributária 326
10.8.3 Transação tributária na Itália – Fisco & Escola 328
10.9 Crédito tributário: não constituição, não interposição de recursos ou desistência, arquivamento 330
10.10 Custas, emolumentos, taxas e depósito prévio 334
10.11 Honorários do perito 335
10.12 Execuções não embargadas pela Fazenda Pública – Honorários 336
10.13 Autenticação de cópias reprográficas 336
10.14 Certidões pela Internet 337
10.15 Suspensão de segurança 337
10.15.1 Legislação básica 341
10.15.2 Processamento da SS em MS 343
10.15.3 Jurisprudência 345
10.16 Responsabilidade do parecerista – LC nº 73/93 345

STJ00104568

11 RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL 349
11.1 Introdução 349
11.2 O RE e o REsp na CF/88 349
11.3 RE e REsp – Interposição única ou conjunta 351
11.3.1 Recurso adesivo 363
11.4 RE – Demonstração da repercussão geral 365
11.5 Julgamento do RE e REsp repetitivos 367
11.6 Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário 376
11.7 Embargos de divergência 378
11.8 RE e REsp – Esgotamento das vias ordinárias 380
11.9 Embargos de declaração e prequestionamento 382
11.10 Controle de constitucionalidade – Art. 97, CF/88 e SV 10 385
11.11 Controle de constitucionalidade no STJ 386
11.12 Reclamação ao STF e ao STJ 387
11.13 Súmulas Vinculantes – STF 395
11.14 Controle de constitucionalidade na CF/88 399
11.14.1 Inconstitucionalidade formal e material – Decisões do STF 402
11.14.2 Quadro exemplificativo sobre o controle de constitucionalidade das leis 404

12 AÇÃO RESCISÓRIA 407
12.1 Introdução 407
12.2 Natureza jurídica 409
12.3 Art. 966 do CPC/2015 409
12.4 Súmula 343 do STF 413
12.5 Arts. 967 a 974 do CPC/2015 419
12.6 Prazo – Decadência 421
12.7 Valor da causa 423
12.8 Sentença de mérito transitada em julgado – Posterior declaração de inconstitucionalidade em sede de fiscalização abstrata – Descabimento da relativização da autoridade da coisa julgada – Postulado da segurança jurídica – Ação rescisória – Doutrinas 424

ANEXOS 431